

A CIÊNCIA, A DITADURA E OS FÍSICOS

Ildeu de Castro Moreira

No cinquentenário do golpe civil-militar de 1964, várias incursões e estudos históricos têm sido realizados para lembrar e avaliar o conjunto de fatos e circunstâncias que impactaram a vida nacional durante o período da ditadura. Nesta incursão, sem maiores pretensões de sequer arranhar significativamente o assunto, pretendo recuperar alguns deles, em particular no âmbito da física, intercalando vozes e apreciações, sobre esse período. Tomo por base inicial os depoimentos de 61 cientistas de relevo, sete deles físicos, que constam do livro *Cientistas do Brasil*, publicado pela SBPC, em 1998, e que constitui um retrato abrangente e diversificado da produção da ciência no Brasil. Destaco o envolvimento político particularmente intenso da comunidade de físicos, bem como aspectos da história da instituição à qual pertencem, o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada no mesmo ano do golpe e que, em seus primeiros anos, esteve fortemente marcada pelo período ditatorial. Um apanhado realizado por Salinas (1) descreveu boa parte das ações coletivas dos físicos, organizados na Sociedade Brasileira de Física (SBF), e que aqui estão sintetizadas.

É importante notar que existem poucas pesquisas consagradas às questões das políticas de ciência e tecnologia (C&T) durante esse período – com exceção da política nuclear – e sobre o papel desempenhado pelas entidades científicas e pelas diversas categorias profissionais. No caso da SBPC, sua atuação foi estudada com maior intensidade (2). No caso da física, em especial as ações repressivas e a resistência ocorridas no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um trabalho relevante foi realizado por José Eduardo Ferraz Clemente (3;4) em sua dissertação de mestrado orientada, na UFBA, por Olival Freire Jr. Está ainda por ser feita uma avaliação mais ampla sobre as políticas de desenvolvimento e de C&T do período ditatorial, seus impactos e resultados, bem como sobre os posicionamentos e atuações dos setores científicos, tecnológicos e empresariais.

Dos 61 cientistas com depoimentos publicados no livro acima mencionado, 34 foram atingidos diretamente por ações ditatoriais, por meio de prisão, aposentadoria, demissão, censura, impedimento ou cerceamento de exercer a atividade científica. Três deles o foram pelo Estado Novo (sendo que um sofreu perseguições nos dois períodos ditatoriais) e os restantes pelo regime militar pós-1964. Apenas quatro tinham intensa militância política, sendo membros atuantes de partidos de esquerda ou praticantes de um ativismo político de maior escala. A maioria tinha posições esquerdistas, mas

suas atuações estavam fundamentalmente ligadas a suas práticas educacionais e científicas, com pouca militância ou ativismo político mais geral. Um deles assinou um manifesto pró “revolução”, em 1965, o que não significa que tenha coonestado com as práticas posteriores mais duras do regime. Praticamente todos tiveram sua vida profissional, grupo de pesquisa ou laboratório afetados, embora alguns deles mencionem que não foram atingidos, do ponto de vista pessoal, pela ditadura. Esses depoimentos mostram que a comunidade científica, que tinha dimensões pequenas na década de 1960, foi proporcionalmente um dos setores mais atingidos pelo regime militar. É fato que a repressão agiu com mais violência física quando se tratava de operários, camponeses, membros das Forças Armadas e militantes da chamada esquerda revolucionária. Mas, registre-se que entre as quatro centenas de desaparecidos políticos encontram-se muitos estudantes e professores, provenientes de áreas diversas da ciência.

Os físicos têm uma tradição de atuação política, no seu sentido mais amplo, que remonta aos embates de Galileu Galilei (1564-1642), mas que ganhou destaque especial com a II Guerra Mundial. Ela os colocou na berlinda do poder, em função do poderio dos instrumentos de guerra e das armas desenvolvidas, particularmente as nucleares. Einstein, a figura paradigmática de cientista do século XX, teve intensa atuação política no final de sua vida contra o uso dessas armas, mas não só nesse momento; foi ativista de várias causas, ao longo de décadas, pela paz mundial e contra vários tipos de discriminação, inclusive o racismo nos EUA (5). No Brasil não foi diferente. Ocorreu uma intensa atuação individual de diversos físicos e uma atuação coletiva também relevante para a vida política do país, em particular nos aspectos do estabelecimento de políticas de C&T e da defesa das liberdades democráticas. Exemplos notórios são Mário Schenberg e José Leite Lopes, com suas destacadas inserções nas questões acadêmicas e científicas, ambos atingidos violentamente em seus direitos políticos e em suas carreiras profissionais pelo regime militar. A Sociedade Brasileira de Física (SBF), criada em 1966, já durante o período do regime militar, teve também uma intensa atuação política, inclusive com vários membros de sua direção sofrendo prisões ou perseguições políticas. As considerações sobre o envolvimento particular dos físicos são aqui interpenetradas por citações de alguns cientistas de outras áreas, no sentido de propiciar um contexto mais amplo das relações da comunidade científica com o regime implantado em 1964.

Em seu minucioso estudo “As universidades e o regime militar”, Rodrigo Patto (6) aponta aspectos importantes das relações da comunidade acadêmica com o projeto autoritário-modernizador do regime: a) A existência de um espectro de atitudes entre os acadêmicos e os professores universitários, no período ditatorial, que passava por resistência, acomodação, omissão ou adesão; b) O paradoxo aparente de perseguições violentas a cientistas, professores e estudantes – muitos dos quais foram

cassados, aposentados, presos ou mortos – enquanto o regime repassava recursos para C&T e apoiava a pós-graduação em uma escala ainda não vista no país; c) A existência da “operação retorno”, especialmente entre 1967 e 1968, que buscou trazer de volta cientistas brasileiros que atuavam no exterior, no mesmo momento em que excluía outros; d) A decisão política de se implantar a reforma universitária, de forma autoritária e limitada em vários aspectos, mas incorporando muitas das ideias e propostas dos setores universitários progressistas.

Os acontecimentos e as avaliações dos cientistas, expostas a seguir, ilustram e corroboram vários dos pontos destacados por Patto. Um aspecto mencionado por vários deles se refere às pesquisas interrompidas ou aos grupos de pesquisa desfeitos em função da repressão. Uma interrupção de caráter mais abrangente ocorreu, em 1965, com as perseguições na Universidade de Brasília (UnB) que resultaram na demissão em massa de professores e que encerrou um projeto universitário renovador.

Já no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, quatro cientistas de renome foram cassados, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Josué de Castro e Nelson Werneck Sodré, ao lado de 98 outros, entre parlamentares e gestores, além da expulsão de 122 oficiais das Forças Armadas (7). Ainda em 1964, ocorreram prisões ou perseguições a diversos cientistas, alguns com atuação política intensa. Em São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) foi invadida e Mario Schenberg ficou preso por 50 dias, prisão essa que deslanchou uma série grande de protestos de cientistas, em especial físicos, de todo o mundo. Ele explica assim seu posicionamento político firme diante das perseguições que sofreu ao longo das décadas seguintes: “Eu sempre fui um homem de posições políticas definidas. Sempre que tenho certeza, alguma certeza, tomo posições políticas definidas. É um dever que a gente tem, mesmo que se erre. Assim, acho que ajudamos mais as pessoas” (7). Em outro momento, ao receber o título de professor emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1987, deixou registrada sua avaliação crítica sobre o comportamento de parte da comunidade científica brasileira ao afirmar que não estava convencido de que “os cientistas tivessem reagido com toda a energia necessária”.

Três estudantes da física da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), Carlos Mauricio Giesbrecht Ferreira Chaves, Fernando Bunchaft e Adir Moysés Luiz foram expulsos pela congregação da faculdade e pelo conselho universitário da UFRJ, em abril e julho de 1964. A expulsão foi justificada por processo disciplinar anterior, mas correspondeu às intenções repressivas do novo regime e à acomodação dos organismos universitários. Esses antigos estudantes da FNFi tornaram-se profissionais na área da física e foram reintegrados simbolicamente em cerimônia na UFRJ, em

1999. No Rio Grande do Sul, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, que era professor licenciado e bacharel em matemática e física pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) teve seus direitos políticos cassados em 7 de maio de 1964. Em Salvador, o professor Roberto Max de Argollo, professor de física da UFBA, foi preso no dia 31 de março de 1964, para “averiguações”, e assim permaneceu por 120 dias.

No Rio de Janeiro, os físicos José Leite Lopes e Plínio Sussekind, ambos do Departamento de Física da FNFi, que se transformava no IF-UFRJ, foram atingidos nesse primeiro ano. Leite Lopes havia renunciado ao cargo de diretor científico do CBPF, logo em seguida ao golpe, e sua posição no CNPq não foi renovada. Optou por deixar o país, mas foi preso ao providenciar seu passaporte, um fato que teve muita repercussão. Solto no dia seguinte, lançou seu livro *Ciência e desenvolvimento* (8) na tarde do mesmo dia. Deixou o país, pouco depois, para trabalhar na França. Voltaria em 1967 e aqui permaneceria até ser novamente perseguido e aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional número 5 (AI-5). Plínio foi preso em junho de 1966, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) que também arrombaram os laboratórios de física e química da FNFi, com a autORIZAÇÃO de seu diretor.

Em várias universidades e instituições de pesquisa atingidas pelo aparato repressivo, como aconteceu na Universidade de São Paulo (USP), grupos e lideranças renovadoras foram alvo de ações repressivas e excludentes, muitas delas deflagradas por disputas de poder interno e por interesse de grupos conservadores aliados ao novo regime. Houve interrupção de projetos

e o desmantelamento de diversos grupos de pesquisa. Leônidas de Mello Deane e Maria Von Paumgarten Deane (parasitologistas), por exemplo, tiveram de deixar o país interrompendo seus trabalhos. Maria Deane relatou sua experiência: “Estas circunstâncias nos obrigaram a interromper os projetos em que trabalhávamos. Foram as mesmas circunstâncias que culminaram com o exílio de tantos pesquisadores brasileiros, colegas e amigos nossos, como o Luiz Hildebrando Pereira da Silva, os Nussenzveig, o Luís Rey, o Erney Camargo, o Michel Rabinovich e tantos mais, da USP e de outras universidades e institutos de pesquisa. Foram as mesmas que nos levaram, ao Leônidas e a mim, a deixar o país por algum tempo. Não podemos deixar que essas circunstâncias se repitam.” (9).

Outro caso marcante e bem conhecido da ação ditatorial sobre a universidade e a pesquisa brasileira se deu com a ação violenta sobre a UnB em 1965, na qual 16 professores foram expulsos e 223 se demitiram, dos quais 15 físicos. Isto correspondeu à saída de 79% dos professores, entre os 305 que a universidade tinha naquele momento. Roberto Salmeron, físico e uma das principais lideranças envolvidas, descreveu com detalhes o processo (10). A

**AINDA EM 1964,
OCORRERAM
PRISÕES OU
PERSEGUIÇÕES
DE DIVERSOS
CIENTISTAS**

partir de sua experiência dolorosa e de uma reflexão amadurecida sobre o processo, Salmeron finalizou seu livro com uma colocação geral sobre a distribuição de cargos, a atitude e a responsabilidade dos dirigentes políticos e universitários presentes na crise da UnB:

Cargos de responsabilidade foram confiados mais pelo credo das pessoas ao regime do que por suas capacidades, e muitos se atribuíram funções policiais, a par de suas funções administrativas. (...) A responsabilidade começou com os que dirigiram o golpe de Estado e os que os apoiaram, militares e civis, os quais permitiram a instalação do sistema. Foram muitos, em diferentes setores da atividade social, os responsáveis conhecidos ou anônimos, em vários níveis da escala, os que comandavam e os que obedeciam – indo às vezes além da obediência programada ou exigida –, assim, como aqueles que não tinham mando de verdade. Autoridades civis e militares que se esmeravam em mostrar-se mais zelosos do que seus superiores hierárquicos esperavam. Mas ninguém foi julgado, ninguém foi punido. (11)

Como contraponto aos cientistas e intelectuais críticos ao regime, no primeiro aniversário do golpe, 300 intelectuais (sendo 77 do Rio), muitos deles cientistas, assinaram um manifesto em apoio à “revolução”, que é publicado nos jornais (12). Entre os seus assinantes estavam o então reitor da UFRJ, o diretor pró-tempore do IF-UFRJ e diversos pesquisadores de destaque da UFRJ, em particular da área das ciências da saúde.

Em 1967, Leite Lopes retornou ao Brasil, atendendo ao apelo de estudantes cariocas, no interregno menos duro do regime, entre 1966 e 1968, em que aconteceram movimentos e esperanças de restauração da democracia. Assim descreveu seu retorno e a interrupção de um grande projeto de pesquisa:

Ao voltar, fui designado diretor do Instituto de Física. A sede da universidade estava sendo mudada para a cidade universitária e a própria estrutura da universidade estava sendo mudada. (...) Para que o campus da cidade universitária adquirisse certa dinâmica e prestígio, pensei na instalação de um acelerador de partículas lá na cidade universitária. Uma máquina com energia da ordem de 600 milhões de elétrons-volt, energia intermediária. Ela acabava de ser produzida e seria uma máquina nem muito grande nem pequena. E os aceleradores existentes no país, em São Paulo, estavam obsoletos, após terem permitido muitos bons trabalhos. Para a elaboração do projeto foram obtidos recursos da Finep e o apoio do Instituto de Pesquisas da Marinha, cujo diretor tinha sido meu colega no CNPq, antes de 1964. A coisa estava em pleno desenvolvimento quando, em 1969, veio o AI-5. E fui obrigado a ir embora.” (13)

Este é um exemplo de um grande projeto interrompido. Em função dos contatos de Leite Lopes no exterior, de seu prestígio e de sua capacidade de articulação, ele poderia se tornar um programa mobilizador para a ciência brasileira. Em 1968, os estudantes do

IF-UFRJ fizeram uma greve em protesto contra as precárias condições da instituição, que havia se transferido para a Ilha do Fundão. Receberam a solidariedade do diretor Leite Lopes, mas este renunciaria poucos meses depois declarando-se sem condições de resolver os problemas apontados pelos estudantes.

A reunião da SBPC de 1968 clamou pelo fim do êxodo dos cientistas brasileiros e pelo regresso dos que estavam fora, pelo apoio à pesquisa e pela reforma universitária. A comunidade científica, assim como suas entidades representativas, carregava algumas ambiguidades resultantes da política aparentemente paradoxal do regime que apoiava a pesquisa e a pós-graduação nascente com recursos vultosos, estabelecia planos nacionais de desenvolvimento, buscava trazer cientistas do exterior, e encaminhava um processo de reforma universitária. Tal reforma era reclamada por setores acadêmicos mais progressistas – mas, por outro lado, o regime não tolerava dissidências, aposentava e demitia cientistas e professores de destaque, instalava órgãos de controle nas universidades, criava mecanismos de “cassação branca”. A reforma universitária, se incorporou várias demandas e proposições provenientes da comunidade científica e universitária, o fez de forma autoritária, limitada e engessada, sem a participação efetiva dos pesquisadores e membros da comunidade universitária, e com a imposição de um modelo americanizado, e mesmo assim uma cópia distorcida.

Em 25 de abril de 1969, com base no AI-5, foram aposentados compulsoriamente 41 professores das universidades. Entre eles, os físicos Mario Schenberg, Elisa Esther Frota Pessoa, Jaime Tiomno, José Leite Lopes, Plínio Sussekind da Rocha, Sarah de Castro Barbosa, os últimos cinco ligados ao IF-UFRJ. Na época, Leite Lopes era presidente da SBF, em seu segundo mandato. O *Boletim da SBF*, de novembro de 1969, registrou os protestos internacionais contra as aposentadorias dos físicos brasileiros com manifestações de cerca de dez cientistas premiados com o Nobel, carta da Société Française de Physique e notícias das revistas *Nature* e *Physics Today*. Mas isso não demoveu as autoridades.

Na sequência, o almirante Octacilio Cunha, presidente do CBPF, decidiu aplicar o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, e demitiu alguns pesquisadores, entre os quais Leite Lopes, Tiomno e Elisa Pessoa. Em 14 de janeiro de 1970, a SBF protestou, em carta ao presidente Médici. Segundo o ato complementar, todos aqueles que tivessem sofrido ou viessem a sofrer punições com base em atos institucionais estariam proibidos de exercer atribuições, a qualquer título, em estabelecimentos de ensino e pesquisa criados ou subvencionados pelos poderes públicos. Dizia a carta da SBF:

(...) vários membros da SBF, entre eles alguns de seus diretores, mundialmente conhecidos e respeitados pelo alto valor de suas atividades profissionais, então sendo impedidos de trabalhar em entidades públicas ou subvencionadas, por força do referido Ato Complementar nº 75. (...) além de configurar um atentado frontal à liberdade de traba-

lho, representa a negação de outros princípios fundamentais inerentes à preservação da dignidade humana e consagrados pelas tradições jurídicas dos povos civilizados.

Assinava a carta o secretário da entidade, Ernst Wolfgang Hamburger. Pouco depois, em dezembro de 1970, ele seria preso e processado pelo regime militar, juntamente com sua esposa Amélia Império Hamburger, também professora de física da USP. A direção da SBF enviou carta às autoridades protestando contra essa arbitrariedade (1). A prisão gerou também protestos de cientistas no Brasil e no mundo, o que deve ter contribuído para a soltura de ambos, não antes de Amélia passar por sessões de tortura. Em meados de 1969, o físico e estudante de pós-graduação, Luiz Davidovich foi expulso da universidade com base no Decreto 477 e parte para os EUA (Universidade de Rochester) onde realizou seu doutorado.

Em 18 de setembro de 1969, como resultado do AI-5, foram afastados 12 docentes da UFMG, entre os quais o professor de física, Celson Diniz Pereira e Amílcar Vianna Martins, da Faculdade de Medicina e cientista de méritos reconhecidos na área da parasitologia. Amílcar teve de deixar o país e relatou o impacto em sua área de pesquisa:

Mas era uma tremenda injustiça, pois eu não tinha nenhuma atuação, não era militante. Tentaram me punir porque me consideravam comunista. Não era comunista coisa nenhuma! Na verdade eu era esquerdista. Por trabalhar com doenças que afetavam principalmente a camada mais pobre da população, tinha uma nítida tendência à esquerda. Então acharam que eu era comunista e resolveram me aposentar. Pelo que fiquei sabendo mais tarde, essa decisão estava relacionada à influência que eu exercia sobre os estudantes. Tinham medo de que eu pudesse levá-los a fazer qualquer coisa. (...) em São Paulo aposentaram todos. Liquidaram a parasitologia de lá. Além do Samuel, aposentaram o Luís Rey, o Luís Hildebrando Pereira da Silva, o casal Leônidas e Maria Deane e muitos outros. (14)

Marcelo Damy de Souza Santos, um dos grandes físicos experimentais do país, que havia sido demitido da presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) após o golpe e retornou ao Instituto de Energia Atômica, de onde saiu em 1968 por discordar do sistema militar ali implantado. Foi para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para também solicitar demissão no final de 1971 por divergência com a atitude do reitor Zeferino Vaz. Segundo ele:

Vivíamos uma época de repressão e nada era mais fácil do que cassar um professor, como ocorreu na USP, para vergonha da vida universitária brasileira. Entre 1970 e 1971, o chefe de gabinete do reitor da Unicamp era um ex-delegado do Departamento da Ordem Política e Social, que havia sido seu chefe de gabinete em Brasília. Então

começou a vigorar em Campinas um clima muito estranho em que os problemas fundamentais da universidade eram encarados de um ponto de vista puramente político-acadêmico. (15)

Em seu trabalho, Clemente (3) analisou os casos de repressão sobre a comunidade de físicos da UFBA, de 1964 a 1979. Em 1975, Roberto de Argollo, que era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), voltou a ser preso e, dessa vez, torturado. Houve manifestações de protesto da comunidade local, da SBF e da SBPC. Mencionem-se também as prisões dos estudantes de física João Henrique dos Santos Coutinho, Ivanilson Ferreira Pereira e Delmiro Martinez Baqueiro, em abril de 1972 e de Júlio Guedes e Cláudio Guedes, em 1975. A demissão arbitrária pelo reitor, em setembro de 1977, do professor Paulo Miranda (que se formara na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou), despertou forte reação da comunidade do IF-UFBA com ampla repercussão na mídia. Tanto no caso de Argollo, que seria anistiado em 1979, como no de Paulo Miranda, houve manifestação de protesto da SBF. Só em 1981, Paulo Miranda seria recontratado. Em todos esses episódios destaque-se a atitude firme e solidária do diretor Humberto Tanure e dos professores e estudantes do IF-UFBA (3). Um exemplo de físico que teve uma posição ortogonal a essa é o de José Carlos de Almeida Azevedo, reitor da UnB que se distinguiu pela postura autoritária e a defesa intransigente do regime militar.

Após o AI-5 houve um acirramento das tensões e uma radicalização acentuada do processo político, conduzindo ao período mais duro e violento do regime militar. Uma das vertentes de resistência armada levou à Guerrilha do Araguaia, na qual se envolveram cerca de 70 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), quase todos mortos nos embates com as tropas governamentais ou mortos após serem aprisionados, no período entre 1970 e 1974. Três estudantes do IF-UFRJ estavam entre eles: 1) Áurea Eliza Pereira Valadão (1950-1973), que entrou para o IF-UFRJ, em 1967, onde pretendia estudar física nuclear. Participou intensamente do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, tendo pertencido ao diretório acadêmico (DA) do IF, juntamente com Arildo Valadão (seu marido) também desaparecido. O restaurante do Bloco A do Centro de Tecnologia da UFRJ recebeu, anos atrás, o nome de Áurea Eliza Valadão em sua homenagem; 2) Arildo Valadão (1948-1973), que nasceu em Itaici (ES) e ingressou no IF-UFRJ em 1968. Tinha bolsa de estudos do CNPq e trabalhava como monitor e foi presidente do diretório acadêmico do instituto em 1968. Com Áurea, foi para a região do Araguaia em 1970; 3) Antônio de Pádua Costa (1943-1974) era estudante de astronomia e foi da diretoria do DA do IF-UFRJ. Foi indiciado por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (1968). No Araguaia assumiu o comando do Destacamento A e teria sido morto no início de 1974. Até hoje a sociedade brasileira, e especialmente os familiares dos desapare-

cidos, estão a aguardar um reconhecimento de suas mortes, por parte das Forças Armadas, e a ação humanitária de localização e identificação dos corpos.

Em julho de 1975, na Reunião Anual da SBPC, em Belo Horizonte, surgiram as notícias de que o governo Geisel tinha assinado um acordo com a Alemanha a fim de construir algumas usinas nucleares. Os estudantes de física cobraram, juntamente com vários pesquisadores e professores, um posicionamento mais firme da entidade diante do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. A moção sobre o acordo nuclear, aprovada pela assembleia geral da SBF, e posteriormente ratificada pela assembleia da SBPC, teve importância política grande por ter colocado publicamente a posição dos físicos brasileiros crítica sobre o acordo nuclear. Entre seu principais pontos estavam:

(1) para que o desenvolvimento científico e tecnológico se realize, é indispensável a participação dos cientistas e técnicos brasileiros na formulação de métodos e sistemas utilizados e no debate político global sobre as opções energéticas do país; (...) (4) a SBF reitera a sua posição contrária à utilização da energia nuclear para fins militares; (...) (7) como condição para que qualquer destes pontos possa ser convenientemente considerado, e para que os cientistas e técnicos brasileiros participem deste debate, é indispensável que se discuta livre e abertamente os termos do acordo nuclear e suas implicações nos vários aspectos tecnológicos, econômicos, ecológicos e sociais da vida brasileira. (16)

Durante os anos seguintes, a comunidade de físicos participou ativamente do debate sobre a questão energética no Brasil, com muitas matérias sendo publicadas em jornais e revistas. Segundo Salinas (1), em um período de dez anos, entre 1978 e 1988, cerca de cinquenta matérias foram publicadas no *Boletim da SBF* sobre diferentes aspectos da questão energética no país e do acordo nuclear, incluindo aí a divulgação de existência de um “programa nuclear paralelo”, com finalidades militares. No final do período militar, foi feita uma nota conjunta de físicos brasileiros e argentinos assinada por Fernando de Souza Barros, pela SBF, e Luiz Masperi, pela Asociación Física Argentina, em novembro de 1984. As duas sociedades colocaram-se contra a produção de armas nucleares em qualquer país, comprometeram-se a lutar pelo desarmamento nuclear geral, contra a corrida armamentista nos dois países e a favor de mecanismos de abertura e controle de todas as instalações nucleares. Concordaram que seria moralmente inaceitável a participação de físicos no desenvolvimento de armas nucleares de qualquer espécie. O movimento dos físicos dos dois países teve uma importância grande nas negociações históricas entre os dois países que levaram, em 1986, a um acordo nessa direção.

Em 1978, teve início a luta pela reintegração dos cientistas aposentados pelo AI-5. Deu a partida, no dia 30 de março, o De-

partamento de Física Teórica do IF-UFRJ com uma manifestação nessa direção que ganhou a primeira página do *Jornal do Brasil*. Na sequência, a congregação do IF-UFRJ aprovou a solicitação e a SBF publicou um documento pedindo a reintegração de Mario Schenberg, José Leite Lopes, Jayme Tiomno, Sarah Castro Barbosa, Elisa Frota Pessoa e Plínio Sussekind da Rocha (*post mortem*). Em 26 de junho de 1979, a ADUFRJ realizou uma cerimônia, que emocionou os presentes, de reintegração dos professores cassados da UFRJ, com quase todos eles presentes. No final de 1979, a UFRJ promoveu a reintegração dos professores.

Para o geneticista Crodowaldo Pavan (1919-2009), que foi presidente da SBPC e do CNPq:

O governo militar errou e muito, mas não podemos deixar de fazer uma análise fria da situação. E o maior erro que eles cometeram, a meu ver, foi estabelecer um sistema de destruir as lideranças, inclusive as próprias. Agora, os militares realmente acreditavam no desenvolvimento científico e tecnológico. Posso garantir o seguinte: todas as reuniões anuais da SBPC, com exceção de 1977, foram amparadas pelo governo federal e se realizaram às suas custas. Nessas reuniões, 90% do que se discutia era contra o governo, mas, assim mesmo, a SBPC foi a única instituição que conseguia discutir livremente naquele período. Nem a Igreja, nem os advogados, nenhuma outra instituição conseguiu fazer o que a SBPC fazia. E não é por mérito da SBPC. Foi porque os militares acreditavam em ciência e tecnologia. Havia um interesse no desenvolvimento dessa área. (17)

A SBF foi certamente, ao lado da SBPC, uma das sociedades científicas que se manifestou com mais intensidade contra as arbitrariedades do regime, em defesa de seus membros e em prol do estabelecimento de políticas científicas discutidas com a comunidade. Em geral as ações dessas entidades contaram com o respaldo amplamente majoritário de seus membros. A comunidade dos físicos brasileiros e, em particular, alguns de seus membros de destaque pagaram um alto preço individual e coletivo no período ditatorial. Mas a sua resistência incessante, junto com a de outros setores da comunidade científica e acadêmica, foi um fator importante para o retorno do país à normalidade democrática.

Ildeu de Castro Moreira é professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Salinas, S. R. A. “Notas para uma história da Sociedade Brasileira de Física”. *Rev. Bras. Ensino Fís.* vol.23 nº.3 São Paulo. Set. 2001.
2. Fernandes, A. M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora da UnB. 1990.
3. Clemente, J. E. F. “Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos”. Dissertação de

- Mestrado. Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2005.
4. Clemente, J. E. F. "Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)". *Revista da SBHC*, vol.4, no.2, pp.129-145, 2006.
 5. Rowe, D. and Schulmann R. *Einstein on politics: his private thoughts and public stands on nationalism, zionism, war, peace, and the bomb*. Princeton: Princeton University Press. 2007.
 6. Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014..
 7. *Cientistas do Brasil - Depoimentos*. São Paulo: SBPC. 1998. p.100.
 8. Lopes, J. L. *Ciência e desenvolvimento*. Tempo Brasileiro/UFF, 1987.
 9. Maria von Paumgartten Deane. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.192.
 10. Salmeron, R. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: EDU-UnB. 2012.
 11. Salmeron, 2012. Op. Cit. p.478.
 12. *Diário Carioca*, 1 de abril de 1965.
 13. José Leite Lopes. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.138.
 14. Amílcar Vianna Martins. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.423.
 15. Marcelo Damy de Souza Santos. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.528.
 16. Moção sobre o acordo nuclear, aprovada pela Assembleia Geral da SBF, e pela Assembleia da SBPC. Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte.1975. In: Salinas, S. R. A. "Notas para uma História da Sociedade Brasileira de Física". *Rev. Bras. Ensino Fís.* vol.23 n.º.3 São Paulo. Set. 2001.
 17. Crodowaldo Pavan. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.807.